



ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL

ISBN 978-85-86736

LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG
(Organizadoras)

apoio



**LEILA SALOMÃO DE LA PLATA CURY TARDIVO E
TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG**

**ANAIS DA XI JORNADA APOIAR-
ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E
SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL**

REALIZAÇÃO

PRÓ REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO

UNIVERSITÁRIA DA USP

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

**LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA
CLÍNICA SOCIAL**

APOIO:

FAPESP

VETOR EDITORA PSICOPEDAGÓGICA

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Jornada APOIAR (11.: 2013: São Paulo)

Anais da XI JORNADA APOIAR: ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE E SOFRIMENTO NA CLÍNICA SOCIAL realizada em 22 de novembro de 2013 em São Paulo, SP, Brasil / organizado por Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo. Tania Maria José Aiello Vaisberg - São Paulo : IP/USP, 2013.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-86736-56-8

1. Psicologia clínica 2. Identidade 3. Adolescência 4. Clínica I.

Título.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86736-56-8



RC467

**CONVIVIALIDADE E DISCRIMINAÇÃO: LEMBRANÇAS DE UM IDOSO SOBRE FESTAS
DE JUVENTUDE**

Lia Raquel Posi

Rafael Aiello-Fernandes

Tânia Aiello-Vaisberg

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO

Este é um estudo preliminar e exploratório, que objetivou estudar psicanaliticamente o imaginário coletivo sobre o fenômeno da discriminação social. Insere-se num conjunto de estudos sobre sofrimentos sociais e experiências de injustiça, humilhação e desamparo, que focalizam problemáticas tais como o racismo e a discriminação de vários grupos pertencentes a grupos sociais subalternos. Como pesquisa psicanalítica empírica, organiza-se em termos do uso de procedimentos investigativos de configuração, registro e interpretação do acontecer clínico. Configuramos o encontro, com uma participante, que compartilha a condição de idosa, segundo um enquadre investigativo conhecido como “Entrevista individual para abordagem de personalidade coletiva”, que se articula ao redor do uso de mediadores dialógicos de caráter transicional. Solicitamos que nos contasse lembranças sobre “festas da juventude”. Como procedimento de registro, elaboramos narrativas transferenciais, de memória, após a entrevista. Consideramos as narrativas tendo em vista a produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional. Tal procedimento permitiu a “criação/encontro” do campo: “coisas para quem pode”, que se define pela crença de que existem dois tipos de festas, inclusivas ou segregadoras. Na comunidade rural prevaleceria a modalidade comunitária, de que todos participam, enquanto no mundo urbano os encontros festivos congregariam alguns para segregar

muitos. Tal achado suscita reflexões no sentido da constatação de que a estruturação social, predominantemente fundada na produção de desigualdades, reflete-se nas práticas cotidianas, provocando tanto experiências de sofrimento dos excluídos como a constelação, entre os incluídos, de condutas marcadas pela indiferença, pela ironia e por formas mais ou menos sutis de perversidade social.

Palavras-chave: imaginário coletivo, discriminação, sofrimentos sociais, pesquisa qualitativa, método psicanalítico

A EXCLUSÃO SOCIAL

Este estudo faz parte de um conjunto de pesquisas sobre sofrimentos sociais e experiências de injustiça, humilhação e desamparo, que focalizam problemáticas tais como o racismo e a discriminação de vários grupos pertencentes a grupos sociais subalternos³¹.

Configura-se como um estudo preliminar e exploratório, que objetivou estudar psicanaliticamente o imaginário coletivo sobre o fenômeno da discriminação social.

A exclusão social é considerada por muitos estudiosos como uma das manifestações mais violentas contra indivíduos na sociedade contemporânea, por produzir a carência de qualquer horizonte de perspectivas e uma “privação de poder de ação e representação” (Tavares e Menandro, 2004).

³¹ Pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, na linha de “Prevenção e Intervenção Psicológicas em Instituições” e pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Psicologia Clínica Social ‘Ser e Fazer’ da Universidade de São Paulo.

Reflexões psicanalíticas sobre a humilhação social enfatizam também o sofrimento emocional do agressor (Sirota, 2008). O ato de humilhar ou desvalorizar um indivíduo ou um grupo pode ser compreendido como um recurso defensivo contra afetos dolorosos, provenientes de experiências precoces de humilhação social vividas no grupo familiar.

Sirota (2008) classifica condutas semelhantes às mencionadas acima como exemplos de uma perversão psicossocial. Tal denominação não atribui ao praticante características de uma personalidade perversa, mas pode indicar a reprodução de experiências próprias de humilhação ou um funcionamento cultural aprendido.

Como sabemos, desde meados do século XIX, os movimentos sociais que reivindicam igualdade e inclusão social, como o de mulheres, negros, homossexuais e outros, vêm ganhando força e visibilidade social na luta contra práticas discriminatórias, por necessidades específicas e pela universalização dos direitos humanos. Condição esta que se apresenta como um grande desafio social, político e científico para a contemporaneidade, visto que o aperfeiçoamento do capitalismo e da dominação têm contribuído para excluir multidões cada vez maiores das condições dignas de existência, gerando violência e consumismo em patamares que têm ameaçado a vida em todas as suas dimensões.

A exclusão social configura-se como condição repudiada política e eticamente, gerando intenso sofrimento social e emocional aos que se encontram submetidos a ela. A 3ª Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em 2001, em Durban, despertou a atenção mundial e do Brasil para a implementação de políticas de ações afirmativas às populações atingidas por essas causas, como o sistema de cotas nas universidades e concursos públicos para a população de baixa renda, afro-descendentes e indígenas.

A condição de exclusão é geradora de violência, sofrimento e loucura. (Moreira, Vilhena, Cruz e Novaes; 2009). Em sociedades extremamente desiguais, nas quais grandes parcelas da população são impossibilitadas de desfrutarem das condições reais de cidadania, como é o caso da brasileira, o combate a todas as formas de discriminação é fundamental para o desenvolvimento, segurança e sobrevivência de toda a sociedade.

O PERCURSO INVESTIGATIVO

Nossa perspectiva epistemológica baseia-se na concepção herrmaniana de que a dimensão metodológica da psicanálise tem primazia sobre a doutrinária e a terapêutica (Aiello-Fernandes, Ambrosio, Aiello-Vaisberg, 2012). Portanto, utilizamos o método psicanalítico tanto para o acolhimento das comunicações dos participantes, quanto para seu registro e respectiva análise, a partir do reconhecimento de sua expressiva potencialidade heurística.

Como pesquisa qualitativa empírica, realizada com método psicanalítico, distinguimos, para efeitos de facilitar a comunicação com pesquisadores qualitativos, que eventualmente não utilizam o método psicanalítico, três tipos de procedimentos investigativos relativos à configuração, registro e interpretação dos encontros realizados.

No presente caso, realizamos uma entrevista psicanalítica individual com uma idosa, segundo os delineamentos do enquadro denominado “Entrevista individual para abordagem de personalidades coletivas”, como procedimento investigativo de configuração do acontecer clínico. Esta recebeu aqui nome fictício. Uma senhora branca, de 74 anos, denominada Maria³², proveniente de uma família economicamente desfavorecida e que hoje trabalha como costureira.

O procedimento investigativo de registro se realizou por meio de narrativa transferencial elaborada após cada encontro, de memória. (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron, Beaune, 2009). Este tipo de registro visa valorizar não apenas o que foi dito pelos participantes, como também as ressonâncias contratransferenciais que suscita nos pesquisadores (Devereux, 1967).

Finalmente, no que se refere aos procedimentos interpretativos, aqui utilizados, vale esclarecer que temos operacionalizado o método psicanalítico à luz da observação das “palavras de ordem” de Herrmann (1979): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido”. Coerentes com esta visão, de acordo com a qual o inconsciente não existe na interioridade individual, mas é sempre *relativo* a um determinado acontecer humano, temos entendido o ato interpretativo como “criação/encontro” do que temos denominado, em nossas pesquisas, “campos de sentido afetivo-emocional”.

³² Este nome é fictício.

CAMPOS DE SENTIDO AFETIVO-EMOCIONAL

Criamos/encontramos um campo de sentido afetivo-emocional a partir da leitura da narrativa transferencial que denominamos de “coisas para quem pode”. Esse campo organiza-se através da crença na discriminação racial e econômica, na crença de que existem festas e ambientes segregadores, que só podem ser frequentados por pessoas de alto poder aquisitivo e brancas, dos quais pessoas negras e/ou pobres não devem participar. Tal concepção assemelha-se com a sociedade brasileira, cuja estrutura social está organizada em torno de grande desigualdade social.

Uma vez que as narrativas transferenciais são relativamente pequenas, vale a pena transcrevê-las, possibilitando uma visão clara e concreta daquilo que os entrevistados comunicam.

NARRATIVA DO ACONTECER CLÍNICO:

A ENTREVISTA COM A SENHORA MARIA

A senhora Maria nasceu em uma cidade do interior do Estado de São Paulo em 1937. Viveu na área rural da cidade até os 23 anos. Conta que teve uma infância pobre e difícil. Moravam em uma casa de pau a pique, com chão de terra. Era a mais velha de cinco filhos e apenas quando completou dez anos pôde conhecer a escola. Nesse ano, porém, seu pai adoeceu. Ficou impossibilitado de sair da cama e, portanto, de trabalhar durante dois anos. A senhora Maria teve, então, que deixar a escola para cuidar de seus quatro irmãos e de seu pai, enquanto sua mãe ganhava o sustento da família na roça. “A minha vida foi assim: trabalhar, trabalhar, trabalhar!”, afirma a senhora Maria. No período em que morou na área rural, a entrevistada e sua família freqüentavam festas, aproximadamente uma vez ao mês, com a vizinhança. Sob a luz de lampiões e som de sanfonas, as festas aconteciam após terços e rezas ou casamentos. Os casais dançavam entre amigos. “Festa de juventude, só com jovens, não existiam”, afirma ela. Aos seus 23 anos, mudaram-se para a área urbana.

Lembra-se que havia bailes no clube da cidade, que ela não costumava freqüentar. Quando questionada, durante a entrevista, a senhora Maria pareceu pouco à vontade para explicar sua ausência. Na cidade, trabalhou como empregada doméstica durante 15 anos, para os mesmos patrões, por um período no interior e, por outro, na capital. Tanto em seu ambiente de trabalho, quanto no curso de corte e costura, ouvia as conversas dos mais abastados, censurando e desaprovando a presença das moças pobres nos bailes da cidade. “Na segunda feira, você ouvia as conversas das pessoas mais ricas quando uma moça pobre ia nos bailes. Elas eram contra. Então, eu nunca freqüentei clube. Acho que eu fiquei com trauma disso. De ver como as pessoas humildes eram excluídas... As pessoas de cor... E são até hoje. Morei em São Paulo também e lá você vê muita exclusão (...). Nem quando meu sobrinho se formou médico eu não fui. Eu só fui na colação de grau. No baile e no jantar eu não fui. Ah... É uma coisa muito chique, né? Eu nunca gostei.” Após a experiência urbana no interior, a senhora Maria morou na capital, por dez anos, sempre residindo próximo à Avenida Paulista. Além do trabalho como empregada doméstica, foi também costureira. Lá, não freqüentava festas. Seu único lazer era ir ao cinema. Passado o período na capital, retornou ao interior, onde reside até hoje, em função do adoecimento de sua mãe. No decorrer de sua história, as experiências de festas vividas pela senhora Maria, ficaram restritas à sua primeira etapa de vida no ambiente rural. A seu ver, eram bailinhos de sítio, ao redor da igrejinha local, muito agradáveis, divertidos e respeitosos. Uma diversão sadia, sem brigas e violência, como ainda seria comum atualmente. Este relato despertou sentimentos de compaixão e esperança na psicóloga. Hoje, a senhora Maria desfruta de um conforto material incomparavelmente superior ao que teve em seus outros momentos de vida, graças aos seus esforços. Seu olhar e suas palavras transmitiam um sentido de vitória pessoal.

REFLEXÕES CLÍNICO-TEÓRICAS

O campo de sentido afetivo-emocional “coisas para quem pode” criado/encontrado revela a crença de Maria de que pessoas de sua origem sócio-econômica devem ser privadas de ambientes sofisticados e festas nas quais outros com um poder aquisitivo

elevado estejam presentes. Segregações etárias, étnicas e sócio-econômicas ocorrem naturalmente nos ambientes festivos, segundo tal concepção.

Acreditamos que tal crença é proveniente não somente de suas condições reais de privações sócio-econômicas, mas também das experiências de humilhação e discriminação sociais que Maria sofreu a partir do momento em que saiu, com sua família, de seu local de origem, onde viviam nas delimitações rurais.

Em suas lembranças das festas na comunidade rural, estas aconteciam de forma comunitária, nas quais todos participavam, porém, no ambiente urbano, os encontros festivos congregavam alguns para segregar muitos.

Observamos que o sofrimento emocional revelado por Maria, após tais experiências de humilhação, alicerçou suas crenças segregacionistas de tal modo que, mesmo nos dias atuais, apesar de viver em condições econômicas mais dignas, priva-se de compartilhar ambientes com “outros mais ricos”. Mesmo a festa de formatura de seu sobrinho permanece no conjunto de coisas que acredita não lhe caberem, pois são “coisas para quem pode”.

Tais crenças, no entanto, não devem ser interpretadas como decorrentes de questões internas, intrapsíquicas, de Maria. Revelam, na verdade, modalidades sutis de discriminação e hierarquização do espaço social. Os comentários pejorativos testemunhados funcionam como barreiras que indicam critérios de inclusão e exclusão nos espaços de lazer, de acordo com linhas econômicas – um espaço a ser freqüentado por pessoas ricas – e raciais – o menosprezo por pessoas de cor. Aqui, a segregação não se dá de modo explicitamente violento, como por exemplo com a proibição institucionalizada da entrada daqueles considerados “não desejáveis”, mas opera através de comentários e posturas que visam causar constrangimento e desconforto, apontando para a configuração intersubjetiva dos modos de produzir humilhação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIELLO-FERNANDES, R.; AMBROSIO, F. F.; AIELLO-VAISBERG, T.M.J. (2012). *O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares*. Anais da X Jornada Apoiar, USP, 2012.

AIELLO-VAISBERG, T.M.J., MACHADO, M.C.L., AYOUCHE, T., CARON, R. & BEUANE, D. (2009). Les Récits Transferenciels comme Présentation du Vécu Clinique: Une Proposition Méthodologique. In D. Beaune (org) *Psychanalyse, Philosophie et Art: Dialogues* (pp.39-52). Paris: L'Harmattan.

DEVEREUX, G. (1967) *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion, 2012.

HERRMANN, F. (1979) *O Método da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOREIRA, C, G.; VILHENA, J.; CRUZ, A. T. A. NOVAES, J. V. *Quem tem medo do lobo mau? Juventude, agressividade e violência*. In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 12, nº 4, dez, 2009.

SIROTA, A. *Humilhação social: uma reflexão sobre o ponto de vista psicanalítico*. In: Estudos de Psicologia, outubro/dezembro, Campinas, 2008.

TAVARES, G. M. e MENANDRO, P. R. M. *Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro*. In: Psicologia, Ciência e Profissão, vol, 21, n. 02, Brasília, jun. 2004.